



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**  
**1º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2023**

**ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS**

1. NA FOLHA DE RESPOSTA da **prova objetiva** o candidato deverá preencher os campos data e assinatura de forma legível. O cartão de resposta sem essas informações será **desconsiderado**.
2. NA FOLHA DE RESPOSTA da **prova subjetiva** não pode haver nome, assinatura, anotação ou rubrica que permita identificar o candidato, qualquer informação **ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA**.
3. A duração da prova será de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para preenchimento das FOLHAS DE RESPOSTAS.
4. As questões objetivas deste caderno são de múltipla escolha, com cinco alternativas: a, b, c, d, e.
5. As questões estão representadas por seus respectivos números, preencha a Folha de Resposta com caneta esferográfica azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
6. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
7. Ao receber a ordem do fiscal de sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
8. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer equipamento (calculadora, celular, etc.).
9. O preenchimento da FOLHA DE RESPOSTA da prova objetiva e da FOLHA DE RESPOSTA da prova subjetiva é de inteira responsabilidade do candidato.
10. Em **NENHUMA** hipótese haverá substituição das FOLHAS DE RESPOSTAS.
11. O candidato que sair da sala após 3 (três) horas do início da prova, poderá levar consigo o caderno da prova objetiva e o rascunho da prova subjetiva.

**Boa prova!**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**CONHECIMENTOS GERAIS – PORTUGUÊS**

**Texto para as questões 1, 2 e 3**

O Ministério Público Federal (MPF) expediu uma recomendação à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e ao Instituto Água e Terra (IAT), órgão vinculado ao governo do estado do Paraná, para que incluam no processo de renovação da licença de operação da Usina Hidrelétrica Mauá medidas voltadas à mitigação e compensação dos impactos danosos decorrentes das oscilações abruptas do volume das águas do Rio Tibagi. O documento pede ainda a implantação pelos órgãos estatais de um sistema de aviso prévio às comunidades indígenas sobre a variação do volume d'água do rio.

O MPF recomenda também que Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (Cecs), responsável pela administração da usina, realize estudos complementares a respeito dos impactos ambientais (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), tendo em vista que as consequências causadas pela variação do volume d'água foram subdimensionadas nos estudos iniciais.

A hidrelétrica de Mauá está localizada entre os municípios paranaenses de Telêmaco Borba e Ortigueira. Desde sua entrada em funcionamento, vem causando sérios danos a oito terras indígenas, pois seu funcionamento alterou as correntes superficiais e subaquáticas, provocando mortandade de peixes e a perda de áreas de onde os indígenas extraem os recursos naturais para a produção de medicamentos e outros fins.

O Rio Tibagi é uma referência cultural, ambiental, territorial e simbólica para os indígenas Kaingang e Guarani, que tradicionalmente ocupam sua bacia. Atualmente, na sua bacia estão localizadas as terras Apucarantina, Barão de Antonina, São Jerônimo, Mococa, Queimadas, Pinhalzinho, Laranjinha e Yvyaporã-Laranjinha. Todas foram fortemente afetadas pela hidrelétrica, razão pela qual o MPF instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar os riscos às comunidades.

**1. A partir da leitura do texto, é possível afirmar que:**

- a) As secas do Rio Tibagi foram subdimensionadas e estão causando a mortandade de peixes.
- b) Decisão do MPF obriga a Funai e o Governo do Paraná a implantar sistema de alerta de cheias no Rio Tibagi.
- c) Indígenas Kaingang e Guarani, que tradicionalmente ocupam a Bacia do Rio Tibagi, dependem da Hidrelétrica Mauá para sua subsistência.
- d) As populações de oito terras indígenas localizadas às margens do Rio Tibagi precisam ser avisadas de mudanças abruptas no volume de água do rio.

e) A realização de estudos de impacto ambiental é necessária para verificar se as consequências da variação do volume d'água foram subdimensionadas nos estudos iniciais.

**2. Analise os trechos:**

I - “Desde sua entrada em funcionamento, vem causando sérios danos a oito terras indígenas, pois seu funcionamento alterou as correntes superficiais e subaquáticas, provocando mortandade de peixes (....)”

II - O documento pede ainda a implantação pelos órgãos estatais de um sistema de aviso prévio às comunidades indígenas sobre a variação do volume d'água do rio. Os elementos textuais destacados dão aos períodos, respectivamente, ideias de:

- a) oposição - concessão
- b) causa - acréscimo
- c) concessão - causa
- d) acréscimo - oposição
- e) explicação - finalidade

**3. Aponte o item em que a(s) substituição(ões) altera(m) o conteúdo do texto.**

- a) “Todas foram fortemente afetadas pela hidrelétrica, razão pela qual o MPF instaurou inquérito civil” por “Todas foram fortemente afetadas pela hidrelétrica, motivando MPF a instaurar inquérito civil”
- b) “(...) incluam no processo de renovação da licença de operação da Usina Hidrelétrica Mauá medidas voltadas à mitigação e compensação dos impactos” por “(...) incluam no processo de renovação da licença de operação da Usina Hidrelétrica Mauá medidas para a mitigação e compensação dos impactos”
- c) “As consequências causadas pela variação do volume d'água foram subdimensionadas nos estudos iniciais.” por “As consequências causadas pela variação do volume d'água foram mal interpretadas nos estudos iniciais.”
- d) “Desde sua entrada em funcionamento, vem causando sérios danos a oito terras indígenas.” por “Desde sua entrada em funcionamento, produziu sérios danos a oito terras indígenas.”
- e) “(...) um sistema de aviso prévio às comunidades indígenas sobre a variação do volume d'água do rio.” por “(...) um sistema de alerta às comunidades indígenas sobre a variação do volume d'água do rio.”



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**4. Analise a forma verbal utilizada em “A fome da população dobrava”**

**Marque a proposição em que a flexão verbal está no mesmo tempo e modo do verbo grifado acima.**

- a) O prazo para resposta era de sete dias úteis.
- b) A ameaça de desabastecimento se deve ao fracasso dos últimos pregões realizados.
- c) ... ordenou os empregados da fazenda cortarem as árvores.
- d) ... as medidas adotadas ou pretendidas precisam ser eficazes...
- e) ... exclua qualquer hipótese favorável ao réu.

**5. A pontuação foi corretamente empregada em apenas um dos itens abaixo. Assinale-o.**

- a) O MPF também pede informações sobre quais entes federativos fizeram aquisição de insulina diretamente e, que portanto, serão ressarcidos pelo governo federal. Além disso indaga sobre o andamento do processo de cotação junto à Opas para a possibilidade de fornecimento de insulina ao país e questiona as alternativas que estão em estudo caso o pretenso abastecimento não ocorra em tempo hábil.
- b) O procurador salienta que por impactar unidade de conservação federal e terras indígenas, o licenciamento ambiental, deve ser concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e não pelos órgãos estaduais. Para ele, as intervenções realizadas no ramal são irregulares e devem ser suspensas.
- c) Percebe-se que se trata de um material que além de proporcionar o resgate da cultura dos pescadores representa grande empoderamento das jovens dessa comunidade que por vídeos, impressos e outros meios de veiculação traçam um etnomapa e um etnozoneamento da própria comunidade o que será importante para as presentes e futuras gerações como registro dinâmico dos modos de fazer, criar e existir dessa população”, destacou Érico Gomes.
- d) Dessa forma, a gratuidade deveria ser entendida em sentido amplo: abrangendo não somente a abstenção de pagamento de mensalidades, mas quanto ao pagamento de quaisquer despesas necessárias à efetivação do ensino.
- e) No presente caso, recursos públicos federais de diferentes programas, sacados pelo então prefeito mediante emissão de cheques nominais à Tesouraria, tiveram destinação desconhecida, já que comprovadamente não foram repassados às empresas que supostamente teriam sido contratadas pela prefeitura.

**6. Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.**

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as \_\_\_\_\_ à preservação dos recursos ambientais necessários a seu \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

Artigo 231º, Parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988

- a) imprescindíveis; bem estar; às
- b) imprescindíveis; bem-estar; as
- c) impresindíveis; bem-estar; as
- d) imprescindíveis; bem estar; às
- e) imprescindíveis; bem-estar; as

**7. A frase em que as regras de ortografia e acentuação estão plenamente respeitadas é:**

- a) “O pedido abrange a concretização de direitos sociais básicos, notadamente relacionados a moradia e a proteção da cultura de uma comunidade histórica do país não cabendo sua negativa sob a alegação de que os recursos do poder público seriam de tal forma escassos que inviabilisariam o deferimento”.
- b) De acordo com o relatório antropológico a mudança permeada de violências físicas e simbólicas afetou substancialmente o modo de sobrevivência física e cultural do grupo, além da sujeição a atos de agressão praticados pela outra comunidade, por possuidores de imóveis rurais e pelos próprios agentes do Estado. A situação ocorrida há 40 anos e que persiste até os dias de hoje contribuiu para a dizimação de parte considerável do povo.
- c) A lista de práticas criminosas inclui danos ao patrimônio público, insitação a animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constituídos, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e associação criminosa, entre outras.
- d) O alto custo da passagem inter-municipal e o valor das despesas inerentes a viagem dificultam o acesso ao serviço, tornando-o ainda mais penoso à população usuária necessitada, composta majoritariamente por idosos, indivíduos hipossuficientes, pessoas com deficiência, enfermos e crianças.
- e) “Por mais valiosa que seja uma atividade econômica, inclusive as voltadas à infraestrutura viária e ao turismo, deve ela ser avaliada e ajustada em função dos múltiplos impactos sócio-econômico-ambientais que poderá causar, por meio do licenciamento ambiental”, afirma trecho do parecer.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE

8. Quando o Estado age assim e viola direitos humanos, ele pode ser condenado \_\_\_\_\_ reparação dos danos morais causados aos povos e comunidades tradicionais. Agentes públicos podem ser responsabilizados regressivamente por valores \_\_\_\_\_ indenizar, pois não \_\_\_\_\_ dúvida de que se trata de ação dolosa”, alertou.

Segundo a norma culta da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas com:

- a) à - a - há
- b) a - à - há
- c) há - a - à
- d) à - à - a
- e) a - à - há

9. Observe os períodos propostos como modelo:

Esta é a professora, eu acredito nela.

A professora em que eu acredito é esta.

I Este é o exercício, nós o completamos. O exercício \_\_\_\_\_ completamos é este.

II Esta é a autora, suas obras estão esgotadas. A autora \_\_\_\_\_ obras estão esgotadas é esta.

III Este é o protocolo, nós aderimos a ele. O protocolo \_\_\_\_\_ aderimos é este.

IV Este é a porta, eu me descuidei dela. A porta \_\_\_\_\_ me descuidei é esta.

Seguindo o modelo, marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas nas proposições I, II, III, e IV respectivamente.

- a) cujo, cujas, de que, a que
- b) a que, cujas, que, que
- c) que, cujas, a que, de que
- d) a que, cuja, que, em que
- e) que, de cujas, em que, que

10. Marque a alternativa que apresenta erro de acentuação gráfica em uma das palavras.

- a) armazéns - têxtil - pólen
- b) países - réu - propor
- c) itens - juízes - tênia
- d) assembleia - martir - infância
- e) releem - fôrma - dócil

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – JORNALISMO

11. Analise o texto abaixo:

Sobre a divulgação da informação de que o Ministério Público Eleitoral autorizou a festa “O Aniversário de Sukita”, a Procuradoria Regional Eleitoral em Sergipe (PRE/SE) esclarece:

A Procuradoria Regional Eleitoral tomou conhecimento da festa através da ampla divulgação pública que está sendo dada ao evento.

Dada a proximidade com o período eleitoral, a PRE/SE tomou a iniciativa de emitir recomendação a Manoel Messias Sukita, ex-prefeito de Capela, de que “se abster de realizar propaganda eleitoral antecipada no evento denominado ‘O aniversário de Sukita’, a ser realizado no dia 1º de abril de 2018”.

No documento, a PRE destaca que na festa “O aniversário de Sukita” existe a possibilidade de ocorrência de propaganda eleitoral antecipada e abuso de poder econômico, diante do gasto com a realização do evento (que terá contratação de bandas, inclusive), e do pedido do sugestivo presente que o aniversariante “gostaria de ganhar, se você puder dar: 1 lata de leite Ninho”.

O texto do documento alerta ainda que a recomendação tem o objetivo de estimular “candidatos, partidos e coligações, bem como terceiros que tenham alguma relação direta ou indireta com o processo eleitoral, para o integral cumprimento da legislação de regência”, prevenindo a prática das irregularidades e constituindo responsabilidade para quem descumprir deliberadamente a recomendação.

Confira aqui a [Íntegra do documento](#).

(Publicado no site do MPF/SE em 22/03/2018)

Pelas suas características, a Técnica de Redação Jornalística classifica o texto como:

- a) Nota oficial
- b) Press release
- c) Editorial
- d) Post
- e) Aviso de Pauta



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**12. Analise as definições abaixo.**

I - Simples - Obtido pelo jornalista e não cruzado com outras fontes independentes. Se tiver relevância jornalística, pode ser publicado em colunas de bastidores, com indicação explícita de que se trata de informação ainda não confirmada. Eventualmente, um \_\_\_\_ simples de fonte muito confiável pode ser publicado como notícia sem cruzamento.

II - Checado - Informação \_\_\_\_ cruzada com o outro lado ou com pelo menos duas outras fontes independentes. (.....) Admite-se que o texto indique a origem aproximada da informação. Ex: "A Folha apurou com médicos do manicômio Santa Izildinha que o ministro está internado para tratamento de psicose maníaco-depressiva".

III - Total - Informação que, a pedido da fonte, não deve ser publicada de modo algum, mesmo que se mantenha o anonimato de quem fornece a informação. O \_\_\_\_ total serve só para nortear o trabalho jornalístico. (Manual de Redação - Folha de São Paulo - 2001)

**As descrições do texto se referem a uma ocorrência com a qual os jornalistas se deparam frequentemente durante a apuração de reportagens. O termo que completa as lacunas é:**

- a) Entrevista
- b) Gravação
- c) Plano
- d) *Off (the record)*
- e) Furo

**13. Na era da pós-verdade, o apego à técnica apurada e zelo pela ética profissional são grande aliados dos jornalistas e da sociedade. Sob o viés da técnica e da ética, classifique as proposições abaixo em verdadeiras ou falsas, de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado e editado pela Federação Nacional dos Jornalistas (2007).**

**I - A produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público.**

**I - A liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão.**

**III - A prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma obrigação social.**

**IV - É dever do jornalista defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito.**

- a) F, V, V, F
- b) V, F, V, V
- c) F, F, F, V
- d) V, V, V, V
- e) V, F, F, V

**14. Analise as proposições do Manual de Redação da Comunicação Social do Ministério Público Federal (2019).**

**I - Também conhecido no jargão jornalístico como linha-fina, sutiã, gravata ou linha de apoio –, que deve ser feito pelo(a) autor(a) do texto. (....) complementa o sentido do título e traz novas informações, dando uma ideia geral do que será abordado no texto. Não deve repetir palavras contidas no título e não tem ponto final.**

**II - Deve ser curto: três palavras, no máximo. Pode ser usado na hora de trazer nova informação ou outro enfoque para o(a) leitor(a). Um exemplo clássico é o "Entenda o caso". (....) ajuda na hora de garantir certa agilidade para a matéria e deixa o texto menos pesado visualmente.**

**III - Devem ser curtos e sempre incluir verbo. Em relação ao tamanho, deve respeitar o layout do portal/site, contendo caracteres que não excedam o espaço disponibilizado e evitando que parte da informação seja ocultada. Sempre que possível, faça referência à atuação do MPF.**

**As proposições se referem, respectivamente, a/ao:**

- a) título, nota, lead
- b) intertítulo, calhau, release
- c) sublead, calhau, lead
- d) intertítulo, título, subtítulo
- e) subtítulo, intertítulo, título

**15. Analise os seguintes trechos de textos divulgados na Imprensa:**

**I - Saiba quem são os moradores da região de Piracicaba acusados por atos golpistas que podem virar réus em novo julgamento do STF (G1, 25/04/23)**

**II - Na política externa, as manifestações mais ostensivas têm sido grotescas ou desastrosas. A viagem à China foi encerrada com uma declaração infantil sobre a**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**predominância do dólar em negócios internacionais. Sem se envolver no episódio ridículo, o presidente Xi Jinping até pode ter gostado da canelada nos Estados Unidos (...)** (Estadão, 23/04/2023)

**III - Conforme já havia sido anunciado em fevereiro, Viih Tube e Eliezer registraram a filha, Lua di Felice, sem o sobrenome do pai. (Metropoles, 25/04/23)**

**Entre os erros mais comuns dos textos jornalísticos, os trechos acima apresentam, respectivamente:**

- a) Informação imprecisa, Cacofonia, Redundância
- b) Aliteração, Adjetivação, Redundância
- c) Título longo, Adjetivação, Cacófato.
- d) Frase na ordem indireta, Assonância, Onomatopéia
- e) Cacofonia, Gerundismo, Períodos muito longos

**16. Assinale a opção mais adequada para um título de relise do MPF, a ser divulgado para os veículos de comunicação locais:**

- a) A Justiça Federal determinou, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), que a União e o Estado do Rio de Janeiro adotem medidas para garantir a segurança da vereadora de Niterói (RJ) Benny Briolly. O Judiciário confirmou a decisão liminar expedida em abril do ano passado, obrigando os entes públicos a disponibilizar escolta policial e outras medidas para assegurar a integridade física da vereadora e possibilitar o exercício de seu mandato eletivo e da militância política no campo dos direitos humanos.
- b) A vereadora de Niterói (RJ) Benny Briolly vai receber escolta policial e outras medidas para assegurar a integridade física, a pedido do Ministério Público Federal (MPF) e por determinação da Justiça Federal. Por conta de decisão judicial que confirmou decisão liminar expedida em abril do ano passado, a União e o Estado do Rio de Janeiro terão de adotar medidas para garantir a segurança da parlamentar, possibilitar o exercício de seu mandato eletivo e da militância política no campo dos direitos humanos.
- c) Assegurar a integridade física da vereadora de Niterói (RJ) Benny Briolly e possibilitar o exercício de seu mandato eletivo e da militância política no campo dos direitos humanos. É o que determina decisão expedida pela Justiça Federal, após ação do Ministério Público Federal. A partir de agora, a União e o Estado do Rio de Janeiro estão obrigados a disponibilizar escolta policial e outras medidas para garantir a segurança da parlamentar. O Judiciário confirmou a decisão liminar expedida em abril do ano passado.

d) Confirmando decisão liminar expedida em abril do ano passado, a Justiça Federal determinou que a União e o Estado do Rio de Janeiro adotem medidas para garantir a segurança da vereadora de Niterói (RJ) Benny Briolly. A pedido do Ministério Público Federal (MPF), os entes públicos estão obrigados a disponibilizar escolta policial e outras medidas para assegurar a integridade física da vereadora e possibilitar o exercício de seu mandato eletivo e da militância política no campo dos direitos humanos.

e) A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal determinou que a União e o Estado do Rio de Janeiro adotem medidas para garantir a segurança da vereadora de Niterói (RJ) Benny Briolly. O Judiciário confirmou a decisão liminar expedida em abril do ano passado, obrigando os entes públicos a disponibilizar escolta policial e outras medidas para assegurar a integridade física da vereadora e possibilitar o exercício de seu mandato eletivo e da militância política no campo dos direitos humanos.

**17. A necessidade de um Manual de Redação e Estilo para os programas de rádio do Ministério Público Federal surge, basicamente, da observação de dois fatores determinantes nesse tipo de produção jornalística: o primeiro é a natureza peculiar da linguagem radiofônica, escrita para ser falada; o segundo são as especificidades editoriais do material produzido pela Instituição. A soma deles tem como resultado um processo particular de produção, que vai da pauta à locução. (Manual de Redação da Comunicação Social do Ministério Público Federal, 2019)**

**Com base no enunciado, nas melhores práticas de redação jornalística e nas características do Ministério Público Federal, complete as lacunas com os termos mais adequados, respectivamente:**

**O texto de rádio é escrito para ser falado e para ser ouvido. Dê preferência para a linguagem \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e nítida. Escreva como se estivesse contando uma história para alguém, sem esquecer, é claro, as regras do idioma. (Manual de Redação da Comunicação Social do Ministério Público Federal, 2019)**

- a) jurídica, direta, forte
- b) jurídica, coloquial, direta
- c) formal, jurídica, direta
- d) coloquial, simples, clara
- e) jurídica, especializada, direta



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

18. A massificação do uso de aplicativos de redes sociais digitais e de aplicativos de mensagens instantâneas e a utilização dessas ferramentas para distribuição de conteúdos falsos são um desafio para as sociedades contemporâneas e colocam o jornalismo profissional no centro das discussões sobre soluções para o problema.

Nesse contexto, enfrentar o fazer jornalístico de forma crítica é fundamental. Sobre as teorias da comunicação, analise o trecho abaixo.

A hipótese do/da \_\_\_\_\_ aponta que a mídia determina a pauta para a opinião pública ao destacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos. Vale ainda destacar a abordagem do/da \_\_\_\_\_, cujo foco é no modo como a rotina profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos das empresas de comunicação se refletem na informação repassada ao público. (Adaptado de O Ministério Público Federal e a comunicação com seus públicos externos, CURTINOVI, Jefferson, 2019)

As lacunas em aberto se referem respectivamente à/ao:

- a) Hipótese da *Agenda Setting*, Teoria do *Newsmaking*
- b) Modelo de Persuasão, Modelo estrutural-funcionalista
- c) Teoria Hipodérmica, Teoria do *Newsmaking*
- d) Hipótese da *Agenda Setting*, Teoria Funcionalista
- e) Teoria Culturológica, Modelo semiótico-textual

19. Jargão jornalístico para identificar um formato de textos em que a parte mais importante da notícia ou da informação é colocada logo no primeiro parágrafo. O formato tornou-se quase uma unanimidade na imprensa porque poupa tempo do leitor e permite que o texto seja cortado para adequar-se ao espaço editorial disponível, sem comprometer a qualidade da notícia ou da informação. (Adaptado de Carlos Castilho, Site Observatório da Imprensa)

O enunciado se refere à/ao:

- a) Lide
- b) Súte
- c) Pirâmide invertida
- d) Nota
- e) Notícia

20. Analise o texto abaixo, enviado para o mailing de jornalistas de Sergipe pela Assessoria de Comunicação do MPF em Sergipe:

Caros Colegas da Imprensa, boa tarde.

Segue abaixo link para release sobre reunião que o MPF convocou para quinta, 10/10, sobre o derramamento de óleo que atingiu a costa do Estado.

[MPF convoca reunião de acompanhamento sobre danos causados por derramamento de óleo em Sergipe](http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-convoca-reuniao-de-acompanhamento-sobre-danos-causados-por-derramamento-de-oleo-em-sergipe)

<http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-convoca-reuniao-de-acompanhamento-sobre-danos-causados-por-derramamento-de-oleo-em-sergipe>

A reunião acontecerá a partir das 9h, na sede do MPF. O encontro não será aberto à imprensa, mas será possível fazer imagens da sala.

O procurador da República Ramiro Rockenbach, responsável pelo caso, atenderá a imprensa após a reunião, com encerramento previsto para 12h.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,  
Equipe Ascom - MPF/SE

De acordo com as técnicas de redação jornalística e assessoria de comunicação, o texto enviado se trata de:

- a) Nota
- b) Release
- c) Pauta
- d) Aviso de Coletiva
- e) Aviso de Pauta



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**Prova Subjetiva**

**(máximo de 35 linhas)**

Com base nas informações apresentadas abaixo, redija um relise. Elabore um título para seu texto e, se achar conveniente, um subtítulo. A avaliação da prova subjetiva levará em consideração correção gramatical, coesão e coerência do texto, adequação ao tema proposto, adequação às técnicas de redação jornalística.

O texto deve ser entregue, sem rasuras e com letra legível, na folha de resposta da prova subjetiva. O candidato pode utilizar a folha de rascunho anexada à prova.

**RECOMENDAÇÃO PRDC/RJ/No 2/2023**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais estabelecidas nos artigos 127 e 129, da Constituição da República de 1988, com fulcro nos artigos 6º, inciso XX e 12, da Lei Complementar no 75/1993 e, ainda;

CONSIDERANDO que, consoante preceitua o artigo 127 da Constituição da República, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF, art. 129, II); bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do

patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF,

art. 129, III);

CONSIDERANDO que o direito à moradia é direito social dotado de fundamentalidade em nossa Constituição Federal (art. 6º, caput), sendo competência compartilhada pela União a instituição de Programas de construção de moradia e a melhoria nas condições habitacionais e de saneamento básico (art. 2, IX, da Constituição CF/88);

CONSIDERANDO que o direito à moradia é consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que em julho de 2021 o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS ajuizou a ação de reintegração de posse no 5080302- 24.2021.4.02.5101 que tramita perante a 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro em face de todos os ocupantes do edifício localizado na Av. Venezuela, n 53, Praça Mauá, Rio de Janeiro, RJ;

CONSIDERANDO que o INSS pretende reintegrar-se na posse de imóvel ocupado por ao menos 107 famílias de baixa renda - ocupação Zumbi - que inclui idosos e crianças, sem que haja sequer garantia de vagas suficientes para o reassentamento dessa população hipervulnerável;

CONSIDERANDO que o prédio objeto da ação de reintegração de posse vem sendo reiteradamente ocupado e já foi objeto de ações possessórias anteriores, sem que o Poder Público tenha tomado as devidas providências para impedir a deterioração da construção ou evitar que o imóvel fosse novamente habitado;

CONSIDERANDO que no caso concreto a correta solução da demanda passa necessariamente pelo equilíbrio entre o direito à propriedade e o direito à moradia;

CONSIDERANDO que a demanda proposta na Justiça Federal possui âmbito bastante restrito de cognição, limitando-se à discussão sobre o



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

cabimento ou não da permanência dos ocupantes no imóvel;

CONSIDERANDO que já se vislumbrou nos autos a possibilidade de destinação do imóvel à habitação social, tendo em vista que se trata de bem não operacional da autarquia;

CONSIDERANDO que o INSS já informou trata-se de imóvel não operacional e que sua gestão será transferida para a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU em cumprimento ao disposto no artigo 22 da Lei 13.240/2015, com redação conferida pela Lei no 14.011/2020;

CONSIDERANDO que a Lei no 14.474 de 2022 incluiu no o §6o-A no artigo 22 da Lei 13.240/2015 que dispõe:

§6o-A- A Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União poderá opinar tecnicamente pela inviabilidade de alienação onerosa de imóvel sob sua gestão, nos casos em que este se caracterizar como bem de uso comum do povo ou que tiver a ocupação consolidada por assentamentos informais de baixa renda, até a data de publicação deste parágrafo, sem prejuízo de outras hipóteses de inviabilidade de alienação onerosa que puderem ser justificadamente caracterizadas, as quais serão submetidas à análise do INSS e poderão ser declaradas pelo dirigente máximo da autarquia;

CONSIDERANDO que a destinação do imóvel para fins habitacionais não foi devidamente analisada pelo INSS no caso concreto;

CONSIDERANDO que em audiência de conciliação houve indicação de possível planejamento para destinação habitacional ao imóvel;

RESOLVE RECOMENDAR ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e à SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO que

I - Adotem as medidas necessárias para conferir destinação de habitação de interesse social ao

imóvel localizado na Avenida Venezuela no 53, Praça Mauá, Rio de Janeiro, RJ, e

II - Elaborar um conjunto de medidas de planejamento para a estruturação do imóvel para tal finalidade, observando-se a necessária política de assentamento aos ocupantes da Ocupação Zumbi.

Na forma do artigo 6o, inciso XX, da Lei Complementar no 75/93, fixa-se o prazo 30 dias, a contar do recebimento, para informar as medidas adotadas para o cumprimento do disposto nesta Recomendação ou as razões para o seu não acatamento.

Encaminhe-se ao Secretário de Patrimônio da União, à Presidência do INSS, à Secretaria-Executiva do Ministério da Previdência Social e à SPU/RJ. Dê-se ciência

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2023.

JULIO JOSE ARAUJO JUNIOR

Procurador da República



**Ministério Público Federal**

**Procuradoria  
da República  
em Sergipe**

Gabarito Preliminar da Prova Objetiva do Processo Seletivo para Estagiários/MPF  
**JORNALISMO**

|    |   |    |   |  |  |
|----|---|----|---|--|--|
| 1  | D | 11 | A |  |  |
| 2  | B | 12 | D |  |  |
| 3  | C | 13 | D |  |  |
| 4  | A | 14 | E |  |  |
| 5  | E | 15 | C |  |  |
| 6  | B | 16 | E |  |  |
| 7  | E | 17 | D |  |  |
| 8  | A | 18 | A |  |  |
| 9  | C | 19 | C |  |  |
| 10 | D | 20 | E |  |  |